

do dia 21 de junho de 1980, bem como identificar os agressores e seus mandantes.

I — Recomendar aos membros integrantes da Comissão Especial de Inquérito que ofereçam denúncia contra o Governador do Estado de São Paulo e o Secretário da Segurança Pública por crime de responsabilidade, perante a Assembleia Legislativa, nos termos dos artigos 35 e seguintes da Constituição do Estado.

II — Encaminhar ao Procurador Geral da Justiça cópia dos autos do processo RG n.º 6256-80, relativo à Comissão Especial de Inquérito, para que ofereça denúncia:

a) Contra o Prefeito Municipal de São Paulo, por crime de responsabilidade;

b) Contra os servidores públicos civis identificados nos autos como agressores, como incurso nas sanções previstas nos artigos 129, 320 e 322 do Código Penal Brasileiro;

c) Contra as autoridades que desobedeceram os requisitos da CFI, como incurso nas sanções previstas no artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

III — Encaminhar ao Procurador Geral da Justiça Militar do Estado cópias dos autos do processo RG n.º 6256-80, relativo à Comissão Especial de Inquérito, para que determine a instauração dos competentes procedimentos disciplinares a que deverão ser submetidos os oficiais infratores — por Conselho de Justificação — e os praças-de-pré infratores — por Conselhos de Disciplina.

IV — Encaminhar ao Governador do Estado cópia dos autos do processo RG n.º 6256-80, relativo à Comissão Especial de Inquérito, para que determine a instauração de processo administrativo contra os funcionários públicos estaduais, como incurso nos artigos 241, itens II e XIV e 269, 270 e 271 e seus parágrafos da Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968.

V — Recomendar à Mesa da Assembleia Legislativa que instaure o competente processo administrativo contra o Sr. Roberto Pastana Câmara, funcionário do quadro da secretaria da Assembleia Legislativa, atualmente à disposição do Executivo.

VI — Encaminhar ao Prefeito do Município de São Paulo cópias dos autos do processo RG n.º 6258-80, relativo à Comissão Especial de Inquérito, para que determine a instauração de processo administrativo contra os funcionários públicos municipais como incurso nos artigos 201, parágrafo 1.º, 203 e 188, item 3.º, e 189, item 2.º da Lei 8989, de 29 de outubro de 1979.

VII — Encaminhar ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, na qualidade de Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, cópia dos autos do processo RG n.º 6256-80, relativo à Comissão Especial de Inquérito, como contribuição desta Assembleia Legislativa às investigações em curso com o fim de elucidar os diversos atentados políticos ocorridos no País.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1981.

Apresentado pela Comissão Especial de Inquérito, constituída pelo Ato n.º 2, de 1980, da Mesa, com a finalidade de averiguar as origens e intenções dos fatos sucedidos na Freguesia do Ó, na manhã do dia 21 de junho de 1980.

Desta maneira, cumpre esta CET as finalidades para as quais foi constituída. Este o teor do voto vencido que expressa a decisão da Comissão. Cabe-nos, pois, agora, aguardar que as autoridades competentes cumpram a Lei.

Sala das Comissões, em

- a) João Batista Breda, Relator  
 b) Fernando Moraes, Presidente  
 c) Mauro Bragato, Vice-Presidente  
 d) João Leite Neto, Membro  
 e) Reginaldo Valadao, Membro

Aprovado o Parecer do Relator designado para redigir o voto vencido, nos termos do parágrafo 3.º do Artigo 57, da C.R.L., e cumprida a determinação do inciso IV, do artigo 51, do mesmo diploma legal.

Plenário das Comissões, em 27-11-80.

a) FERNANDO MORAIS — Presidente

## PROJETO DE LEI

### PROJETO DE LEI N.º 61, DE 1981

Dá denominação a estabelecimento de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se «Prof. William Silva» a Escola Estadual de Primeiro Grau Parque Cecap, em Limeira.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### Justificativa

O Professor William Silva nasceu na capital paulista no dia 25 de julho de 1917 e aqui mesmo faleceu no dia 6 de fevereiro de 1980.

Tendo cursado o Colégio Diocesano passou tempos de sua adolescência em Portugal onde foi aluno do Colégio São Luiz da cidade de Espinho.

Retornando ao Brasil instalou-se na cidade de Limeira onde conseguiu ingresso no magistério secundário, missão a que esteve ligado até o fim de sua existência. Era verdadeiro apaixonado pela Educação.

Na cidade de Limeira fundou vários cursos, dentre os quais destacam-se o Curso Preparatório de Limeira, a Escola Independência, a Escola Remington e o Colégio Santo Antonio, até hoje sob a direção da família Silva.

Casado com a Professora Virginia Corrêa Silva o professor William, de sua companheira sempre recebeu estímulo e inspiração

para transformar suas atividades docentes em verdadeiro sacerdócio. Dessa união conjugal, plena de amor e de ternura nasceram os filhos: Dr. José Guilherme, Paulo Guilherme, William Júnior, Olo Guilherme, todos eles seguidores das pegadas honradas e exemplares do respeitado patriarca.

Além do magistério William Silva exercia as funções de Contador, de Perito e de Advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, onde se tornou especialista em Direito Comercial e Tributário.

Ingressando por concurso na Secretaria da Fazenda do Estado, William Silva tornou-se chefe de postos fiscais em importantes cidades paulistas, jornada que chegou ao seu epítome em Araraquara onde foi alcançado em plena atividade pela insidiosa moléstia que o levaria à morte.

Nós que tivemos o privilégio de privar da amizade, do companheirismo e da lealdade do Professor William Silva, com emoção fazemos o encaminhamento do presente Projeto de Lei com o nome do inteiro educador há de ser lembrado ao longo do tempo, por muitas gerações, em Limeira, cidade que ele amou, cidade a que ele serviu, com todo o amor-consagrado.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1981.

a) Ivan Espindola de Avila

## ORDEM DO DIA

### PARA A 24.ª SESSÃO ORDINÁRIA AOS 7 DE ABRIL DE 1981

#### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 — Discussão e votação do Projeto de Resolução n.º 5, de 1979, apresentado pelo deputado Emilio Justo, criando Serviço Odontológico na Secretaria da Assembleia Legislativa. Parecer n.º 200, de 1980, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer n.º 201, de 1980, da Mesa, favorável com substitutivo. Parecer n.º 202, de 1980, da Comissão de Finanças, contrário.

2 — Discussão e votação do Projeto de lei complementar n.º 37, de 1980, apresentado pelo Sr. Governador, retificando o enquadramento do cargo incluído no Anexo II do Decreto-lei Complementar n.º 11, de 2-3-70. Pareceres n.ºs 200, 201 e 202, de 1981, respectivamente, de relatores especiais, pelas Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis. (Prazo: 7-4-81).

## PAUTA

### PARA A 24.ª SESSÃO ORDINÁRIA AOS 7 DE ABRIL DE 1981

EM PAUTA POR 5 (CINCO) SESSÕES PARA CONHECIMENTO, RECEBIMENTO DE EMENDAS E ESTUDOS DOS SRs. DEPUTADOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 161 E O ITEM 3, § 1.º DO ARTIGO 153, DO REGIMENTO INTERNO

#### 1.ª Sessão

1 — Projeto de lei n.º 57, de 1981, apresentado pelo deputado Alvaro Fraga, dando a denominação de «Professor Máximo Moura Santos» à Escola Estadual de 1.º Grau (Agrupada) do Bairro do Turvo, em Tapiraí.

2 — Projeto de lei n.º 58, de 1981, apresentado pelo deputado Roberto Purini, dando a denominação de «Profa. Aracy Santinho Barbieri» à Escola Estadual de 1.º Grau de Paulistânia, no Distrito de Paulistânia, em Agudos.

3 — Projeto de lei n.º 59, de 1981, apresentado pelo deputado Walter Mendes, dando a denominação de «Dr. Aracy Bandeira» ao Centro de Saúde de Ibiúna.

4 — Projeto de lei n.º 60, de 1981, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, dando a denominação de «Profa. Cleonice Aparecida Cruz Kilburn Thiele» à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Ipê, em Mogi-Guaçu.

5 — Moção n.º 51, de 1981, apresentada pelo deputado Walter Mendes, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser alterado o parágrafo único do artigo 4.º da Lei Complementar n.º 8, de 1970, a fim de integrar no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, os servidores temporários.

6 — Moção n.º 52, de 1981, apresentada pelo deputado André Benassi, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de que a parcela do IGM, correspondente ao Município, seja retida no ato do recolhimento, no próprio Município.

7 — Moção n.º 53, de 1981, apresentada pelo deputado Ricardo Izar, apelando para o Sr. Presidente do Egrégio Superior Tribunal Eleitoral no sentido de ser instalada Zona Eleitoral a ser sediada no Conjunto Habitacional Itaquera I.

8 — Moção n.º 54, de 1981, apresentada pelo deputado Ricardo Izar, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem instaladas torres de canais repetitivos de imagens de televisão no Vale do Paraíba.

#### 2.ª Sessão

1 — Projeto de lei n.º 56, de 1981, apresentado pelo deputado Archimedes Lammoglia, dando a denominação de «Professora Maria Angela Batista Dias» à Escola Estadual de 1.º Grau (Agrupada) de Vila Nova, em Paraguaçu Paulista.

2 — Moção n.º 44, de 1981, apresentada pelo deputado Luiz Máximo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de estender aos participantes da Força de Paz da ONU, os benefícios da aposentadoria especial, aos 25 anos de serviço público ou privado.

3 — Moção n.º 45, de 1981, apresentada pelo deputado Sérgio dos Santos, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser fornecida à opinião pública brasileira esclarecimentos sobre quem são os autores e cúmplices da importação ilegal de armas,

4 — Moção n.º 46, de 1981, apresentada pelo deputado Sérgio dos Santos, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instaurado processo por crime de responsabilidade contra o Deputado Federal Antonio Erasmo Dias, desde que constatada a veracidade de suas declarações sobre a importação de armamento de guerra.

5 — Moção n.º 47, de 1981, apresentada pelo deputado Walter Auada, apelando para o Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de ser votado o Projeto de lei n.º 877-A, de 1979, que objetiva a instituição da «Fundação Universitária Federal do ABC».

6 — Moção n.º 48, de 1981, apresentada pelo deputado Carlos Zuppo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem concedidas bolsas de estudo para pessoas deficientes, vinculadas a programas de reabilitação.

7 — Moção n.º 49, de 1981, apresentada pela deputada Nodeci Nogueira, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser concedida carta-patente ao Banco do Estado de São Paulo S/A, para a instalação de agência em Vila Invernada, na Capital.

8 — Moção n.º 50, de 1981, apresentada pelo deputado Rubens Lara, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser criado posto de atendimento médico do INAMPS, em Andradina.

#### 3.ª Sessão

1 — Projeto de resolução n.º 1, de 1981, apresentado pelo deputado Vicente Bottá, acrescentando dispositivo à Resolução n.º 576, de 26-6-70, com o objetivo de prorrogar o prazo para a entrega das representações que visem a criação ou alteração territorial de municípios.

2 — Projeto de lei n.º 55, de 1981, apresentado pelo deputado Maurício Najjar, dando a denominação de «Prof. Adolpho Pluskat» à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim dos Ipês, Distrito de Itaim Paulista na Capital.

#### 4.ª Sessão

1 — Projeto de lei n.º 48, de 1981, apresentado pelo deputado Mário Ladeira, alterando o artigo 1.º da Lei n.º 2.629, de 18-12 de 1980, que dá a denominação de «Brazília Tomé de Lima» à Escola Estadual de 1.º Grau de Vila São José, em São Bernardo do Campo.

2 — Projeto de lei n.º 49, de 1981, apresentado pelo deputado José Yunes, dispondo sobre a comprovação da ocorrência de homonímia, com relação a fatos e informações constantes de registros ou assentamentos feitos ou mantidos por pessoas de direito privado ou público.

3 — Projeto de lei n.º 50, de 1981, apresentado pelo deputado Jairo Mattos, dando a denominação de «Padre José Bonifácio Carreta» à Escola Estadual de 1.º Grau do Bairro Porto Alegre, de Capivari.

4 — Projeto de lei n.º 51, de 1981, apresentado pelo deputado Edson Real, dando a denominação de «Matheus Constantino» à Escola Estadual de 1.º Grau de Vila Oswaldo Cruz, em São Caetano.

5 — Projeto de lei n.º 52, de 1981, apresentado pelo deputado José Felício Castellano, declarando de utilidade pública a Associação dos Pais e Mestres da Escola Estadual de 1.º Grau «Prof. Afonso Cesar Siqueira», da Capital.

6 — Projeto de lei n.º 53, de 1981, apresentado pelo deputado José Felício Castellano, declarando de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1.º Grau «Alm. Marquês de Tamandaré», da Capital.

7 — Projeto de lei n.º 54, de 1981, apresentado pelo deputado José Felício Castellano, declarando de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1.º e 2.º Graus «Prof. Adolpho Arruda Castanho», da Capital.

8 — Moção n.º 41, de 1981, apresentada pelo deputado Vicente Bottá, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser contida a devastação das florestas virgens remanescentes no Alto do Vale do Ribeira.

9 — Moção n.º 42, de 1981, apresentada pelo deputado Waldemir Chubaci, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser estudada a viabilidade da extensão, ao civil, ex-integrante das Forças de Paz da ONU no Oriente Médio, do direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço público ou privado.

10 — Moção n.º 43, de 1981, apresentada pelo deputado José Yunes, apelando para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados no sentido de ser aprovado o Projeto de lei n.º 877-A, de 1979, que autoriza a União instituir a Fundação Universitária Federal do ABC.

#### 5.ª Sessão

1 — Projeto de lei n.º 46, de 1981, apresentado pelo deputado Archimedes Lammoglia, dando a denominação de «Profa. Maria de Aguiar Zepelini» à Escola Estadual de 1.º Grau (Agrupada) do Jardim São Cristóvão, em Rio das Pedras.

2 — Projeto de lei n.º 47, de 1981, apresentado pelo deputado Fausto Rocha, declarando de utilidade pública o Movimento de Recuperação de Toxicômanos, de São José do Rio Preto.

3 — Moção n.º 37, de 1981, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalado posto de atendimento do INAMPS no Município de Panoramã.

4 — Moção n.º 38, de 1981, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalado posto de atendimento do INAMPS no Município de Marabá Paulista.

5 — Moção n.º 39, de 1981, apresentada pelo deputado Jihei Noda, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser construída passarela para pedestres no km 160 da rodovia Presidente Dutra.

6 — Moção n.º 40, de 1981, apresentada pela Comissão de Promoção Social, apelando para o Sr. Presidente da República

no sentido de serem depositados em conta com juros e correção monetária os valores acumulados das quotas, no jogo da Loto, para que esses rendimentos sejam distribuídos aos hospitais de fogo selvagem do País.

EM PAUTA POR 3 (TRÊS) SESSÕES, PARA CONHECIMENTO, RECEBIMENTO DE EMENDAS E ESTUDOS DOS SRs. DEPUTADOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 258, DO REGIMENTO INTERNO (REFORMA DA CONSTITUIÇÃO)

#### 2.ª Sessão

— Proposta de Emenda n.º 4, de 1981, à Constituição do Estado, apresentada pelo deputado Vanderlei Macris e outros, alterando a redação do artigo 7.º daquele diploma legal com o objetivo de determinar que o voto dos deputados será público, salvo no julgamento de seus pares e do Governador.

EM PAUTA POR 2 (DUAS) SESSÕES PARA CONHECIMENTO, RECEBIMENTO DE EMENDAS E ESTUDOS DOS SRs. DEPUTADOS, DE ACORDO COM O § 1.º DO ARTIGO 156, DO REGIMENTO INTERNO (REDAÇÃO)

#### 1.ª Sessão

Moção n.º 106, de 1980, apresentada pelo deputado Vicente Bottá, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser executada obra nas proximidades do antigo Km 229, da Rodovia BR-116, em Jacupiranga. Parecer n.º 189, de 1981, da Comissão de Redação.

#### 2.ª Sessão

1 — Projeto de lei n.º 458, de 1979, apresentado pelo deputado José Felício Castellano, declarando de utilidade pública o Albergue Noturno do município de São Roque. Parecer n.º 174, de 1981, da Comissão de Redação.

2 — Projeto de lei n.º 516, de 1979, apresentado pelo deputado José Felício Castellano, declarando de utilidade pública o Abrigo São Vicente de Paulo, de Mineiros do Tietê. Parecer n.º 175, de 1981, da Comissão de Redação.

3 — Projeto de lei n.º 524, de 1979, apresentado pela deputada Nodeci Nogueira, instituindo a obrigatoriedade de fixação, em local visível, do endereço e telefones do Procon, nos estabelecimentos comerciais. Parecer n.º 176, de 1981, da Comissão de Redação.

4 — Projeto de lei n.º 348, de 1980, apresentado pelo deputado Armando Pinheiro, declarando de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Araçatuba. Parecer n.º 177, de 1981, da Comissão de Redação.

5 — Projeto de lei n.º 516, de 1980, apresentado pelo deputado Hatiro Shimamoto, dando a denominação de «Dr. Danylo José Fernandes» ao Fórum Distrital de Penha de França, na Capital. Parecer n.º 178, de 1981, da Comissão de Redação.

EM PAUTA POR 1 (UMA) SESSÃO PARA CONHECIMENTO, RECEBIMENTO DE EMENDAS E ESTUDOS DOS SRs. DEPUTADOS, DE ACORDO COM O § 2.º DO ARTIGO 232, DO REGIMENTO INTERNO (REDAÇÃO)

Projeto de lei n.º 452, de 1980, apresentado pelo deputado Hélio Cesar Rosas, dispondo sobre a consignação, na folha de pagamento do funcionalismo, de contribuições devidas a entidades de classe. Parecer n.º 188, de 1981, da Comissão de Redação.

## ORDEM DO DIA

### PARA A 17.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA AOS 6 DE ABRIL DE 1981

#### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Votação «ad referendum» do Projeto de lei n.º 380, de 1980, apresentado pelo deputado José Felício Castellano, dando a denominação de «Professor Marcelino Tomé» à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim São Roque, em Americana. Parecer n.º 163, de 1981, da Comissão de Justiça, favorável, com substituição. Aprovado o substitutivo pela Comissão de Educação em seu Parecer n.º 164, de 1981.

2 — Votação «ad referendum» do Projeto de lei n.º 510, de 1980, apresentado pelo deputado Alvaro Fraga, dando a denominação de «Irmã Maria de São Luiz» à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Santa Lúcia, em Várzea Paulista. Parecer n.º 165, de 1981, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação, em seu Parecer n.º 166, de 1981.

3 — Votação «ad referendum» do Projeto de lei n.º 523, de 1980, apresentado pelo deputado Jairo Mattos, dando a denominação de «Prof. Hélio Nehring» à Escola Estadual de 1.º Grau do Bairro São Jorge, de Piracicaba. Parecer n.º 167, de 1981, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação, em seu Parecer n.º 168, de 1981.

4 — Discussão e votação da Moção n.º 4, de 1980, apresentada pelo deputado Jihei Noda, apelando para o Sr. Presidente da República, no sentido de que os aumentos de preço dos combustíveis sejam efetuados de forma gradual até a percentagem final fixada. Parecer n.º 288, de 1980, da Comissão de Economia, favorável.

5 — Discussão e votação da Moção n.º 6, de 1980, apresentada pelo deputado Emilio Justo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de não ser permitida a instalação de usina nuclear na Praia de Paranapuã, em Peruibe. Parecer n.º 474, de 1980, da Comissão de Obras Públicas, favorável.

6 — Discussão e votação da Moção n.º 15, de 1980, apresentada pela deputada Theodosina Rosário Ribeiro, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido